



# A Santa Sé

---

## VIAGEM APOSTÓLICA DO SANTO PADRE A PARIS E LISIEUX

(30 DE MAIO - 2 DE JUNHO 1980)

### **ENCONTRO DO PAPA JOÃO PAULO II COM OS BISPOS FRANCESES**

*Paris, 1 de Junho de 1980*

1. Deus seja louvado porque nos deu tempo de nos encontrarmos com algum vagar na moldura desta breve visita! Atribuo grande importância a este encontro. Por motivos de "colegialidade". Sabemos que a colegialidade tem carácter duplo: é "efectiva", mas é também "afectiva". O que é profundamente conforme à sua origem, aquela que encontrou à volta de Cristo na comunhão dos "Doze".

Vivemos pois momento importante da nossa comunhão episcopal, os Bispos de França à roda do Bispo de Roma que, desta vez, é hóspede deles, sendo que os tem recebido outras vezes em diversas ocasiões, por exemplo durante visitas "ad limina", especialmente em 1977 quando Paulo VI convosco tomou as alturas sobre grande número de questões, de uma maneira que se mantém ainda muito oportuna hoje. Precisamos de dar graças a Deus de que o Vaticano II tenha tomado em consideração, confirmado e renovado a doutrina sobre a colegialidade do Episcopado, como a expressão viva e autêntica do colégio que, por instituição de Cristo, os Apóstolos constituíram como Pedro tendo-o como cabeça. E damos também graças a Deus pois podemos, seguindo este caminho, melhor cumprir a nossa missão: dar testemunho ao Evangelho, servir a Igreja e também o mundo contemporâneo, a que nós fomos enviados com toda a Igreja.

Agradeço-vos muito que me tenhais convidado, que tenhais organizado com grande solicitude os pormenores desta visita pastoral, que tenhais levado à execução tantos preparativos, que tenhais ilustrado o povo cristão sobre o sentido da minha vinda, e que tenhais mostrado diligência e abertura que são atitudes tão importantes para a nossa missão de pastores e doutores da fé. Presto especialmente homenagem ao Cardeal Marty que nos recebe no seminário da sua

província; ao Cardeal Etchegaray, Presidente da Conferência Episcopal; ao Cardeal Renard, Primaz das Gálias; ao Cardeal Gouyon e ao Cardeal Guyot; mas seria necessário que eu nomeasse cada Bispo, o que não é possível. Tive a honra de encontrar certo número dentre vós e de colaborar com eles no passado: primeiro nas sessões do Concílio, claro, mas também nos diversos Sínodos, no Conselho das Conferências Episcopais da Europa, ou noutras ocasiões, do que guardo feliz recordação. Isto permite-nos trabalhar ao mesmo nível, juntos, embora eu venha agora com responsabilidade particular.

2. A missão da Igreja, que se realiza continuamente na perspectiva escatológica, é ao mesmo tempo plenamente histórica. Liga-se isto ao dever de ler os "sinais dos tempos", que foi tomado muito em conta pelo Vaticano II. Com grande perspicácia, o Concílio definiu igualmente qual a missão da Igreja na época actual da história. A nossa tarefa comum mantém-se portanto a aceitação e realização do Vaticano II, segundo o seu conteúdo autêntico. Fazendo isto, somos guiados pela fé: é a nossa razão de proceder, principal e fundamental. Nós acreditamos ter estado Cristo, pelo Espírito Santo, com os Padres conciliares, possuir o Concílio, no seu magistério, o que o Espírito "diz à Igreja" e acreditamos ainda que ele o diz, ao mesmo tempo, em, plena harmonia com a Tradição e segundo as exigências apresentadas pelos "sinais dos tempos". Esta fé funda-se na promessa de Cristo: "Estarei sempre convosco até ao fim do mundo" (*Mt 28, 20*); nesta fé funda-se também a nossa convicção de precisarmos de "realizar o Concílio" tal como ele é, e não como alguns desejariam vê-lo e compreendê-lo.

Nada é de admirar que, neste período "pós-conciliar", se tenham desenvolvido, com bastante intensidade, certas interpretações do Vaticano II que não correspondem ao seu magistério autêntico. Trata-se nisto de duas tendências bem conhecidas: o "progressismo" e o "integrista". Uns estão sempre impacientes por adaptar até mesmo o conteúdo da fé, a ética cristã, a liturgia e a organização eclesial às mudanças das mentalidades, às reclamações do "mundo", sem ter conta suficientemente, não só do sentido comum dos fiéis, que são desorientados, mas do essencial da fé já definida, das raízes da Igreja, da sua experiência de séculos, das normas necessárias à sua fidelidade, à sua unidade e à sua universalidade. Têm a obsessão de "avançar", mas para que "progresso" afinal? Os outros — reparando em tais abusos que nós bem evidentemente somos os primeiros a reprovar e a corrigir — endurecem-se fechando-se num período determinado da Igreja, num estádio determinado de formulação teológica ou de expressão litúrgica, de que fazem um absoluto, sem lhe penetrar suficientemente o sentido profundo, sem considerar a totalidade da história e o seu desenvolvimento legítimo, temendo as questões novas, sem admitir afinal que o Espírito de Deus está activo hoje na Igreja, com os Pastores dela, unidos ao Sucessor de Pedro.

Estes factos não são de admirar se pensamos em fenómenos análogos na história da Igreja. Mas tornam muito necessário concentrar todas as forças na interpretação justa, isto é, autêntica, do magistério conciliar, como fundamento indispensável da auto-realização ulterior da Igreja, para quem este magistério é a fonte das inspirações e das orientações justas. As duas tendências

extremas, que apontava, mantêm não só oposição mas divisão desagradável e prejudicial; como se, elas se aticassem mutuamente a ponto de criarem mal-estar para todos, mesmo escândalo, e a ponto de gastarem, nesta suspeita e nesta crítica recíprocas, tantas energias que tão úteis seriam para a verdadeira renovação. Devemos esperar que umas e outras, que não têm falta de generosidade nem de fé, aprendam humildemente, com os seus Pastores, a vencer esta oposição entre irmãos, para aceitarem a interpretação autêntica do Concílio pois nisto está a questão basilar e para proverem em harmonia à missão da Igreja, na diversidade das sensibilidades pastorais. Certamente a grande maioria dos cristãos do vosso país está pronta a manifestar a sua fidelidade e disponibilidade em seguir a Igreja; não partilha estas posições extremas e abusivas, mas certo número hesita entre as duas ou deixa-se perturbar; e o problema está também no risco de se criar indiferença ou apartamento da fé. A hora impõe-vos ser mais que nunca fomentadores da unidade, velando ao mesmo tempo pelas questões de fundo que estão em jogo e pelas dificuldades psicológicas que impedem a vida eclesial na verdade e na caridade.

3. Passo agora a outra questão fundamental: por que motivo; na época actual da missão da Igreja é necessária uma concentração especial sobre o homem? Desenvolvi este ponto na encíclica *Redemptor hominis*, procurando evidenciar que tal insistência antropológica tem raiz cristológica profunda e forte.

As causas disso são diversas. Há causas visíveis e perceptíveis, segundo as variações múltiplas que dependem por exemplo do meio, do país, da nação, da história e da cultura. Existe portanto certamente um conjunto específico de causas que são características da realidade "francesa" da Igreja no mundo desta época. Vós estais colocados, melhor que ninguém para os conhecer e os compreender. Se me permito entrar neste assunto, faço-o na convicção de o problema — dado o estado actual da civilização, por um lado, e dadas as ameaças que pesam sobre a humanidade, por outro — ter uma dimensão ao mesmo tempo fundamental e universal: Nesta dimensão universal e ao mesmo tempo local, a Igreja deve por consequência enfrentar a problemática comum do homem como parte integrante da sua missão evangélica.

Não só a mensagem evangélica é dirigida ao homem, mas é grande mensagem messiânica sobre o homem: é a revelação ao homem da verdade total sobre Si mesmo e sobre a sua vocação em Cristo (cfr. *Gaudium et Spes*).

Anunciando esta mensagem, estamos no centro da realização do Vaticano II. E a aplicação desta mensagem é-nos, por outro lado, imposta pelo conjunto da situação homem no mundo contemporâneo: Não desejaria repetir o que já foi dito em *Gaudium et Spes* e em *Redemptor hominis*, a que é preciso sempre referir-nos. Todavia, não é talvez exagerado dizer, neste lugar e neste ambiente, que vivemos numa época de tentação especial para o homem.

Conhecemos diferentes períodos desta tentação, a começar pela primeira no capítulo 3º do

Génesis, até às tentações tão significativas a que esteve sujeito o próprio Cristo: são como síntese de todas as tentações nascidas da tríplice concupiscência. A tentação actual vai contudo mais longe (poder-se-ia quase dizer que é uma "metatentação"); vai "além" de tudo o que no decurso da história, constituiu o tema da tentação do homem, e manifesta ao mesmo tempo, poder-se-ia dizer, o fundo mesmo de toda a tentação. O homem contemporâneo está submetido à tentação da recusa de Deus em nome da sua própria humanidade.

É tentação especialmente profunda e especialmente ameaçadora do ponto de vista antropológico, se se considera que o homem não tem ele próprio sentido, senão como imagem e semelhança de Deus.

4. Como pastores da Igreja enviados aos homens do nosso tempo, nós devemos estar bem conscientes desta tentação, sob os seus múltiplos aspectos, não para "julgar o homem", mas para amar mais ainda este homem: "amar" quer sempre dizer começar por "compreender".

Ao mesmo tempo que esta atitude que poderíamos chamar passiva, precisamos de ter, de uma maneira proporcionalmente mais profunda, uma atitude positiva, quero dizer, ter consciência de que o homem histórico está muito profundamente inscrito no mistério de Cristo, ter consciência da capacidade antropológica deste mistério, "da largura, do comprimento, da altura e da profundidade", segundo a expressão de São Paulo (*Ef 3, 18*).

Nós devemos, em seguida, estar particularmente dispostos para o diálogo. Mas é preciso antes de tudo definir a sua significação principal e as suas condições fundamentais.

Segundo o pensamento de [Paulo VI](#), e pode dizer-se também do [Concílio](#), o "diálogo" significa certamente a abertura, a capacidade de compreender outra pessoa até às próprias raízes: a sua história, o caminho que percorreu e as inspirações que a animam. Não significa nem o indiferentismo, nem de nenhuma maneira "a arte de confundir os conceitos essenciais"; ora infelizmente esta arte é muitas vezes reconhecida como equivalente da atitude do "diálogo". E também não significa "cobrir com véu" a verdade das suas convicções, do seu "credo".

Certamente, o Concílio requer da Igreja na nossa época que tenha uma fé aberta ao diálogo, nos diversos círculos de interlocutores de que falava Paulo VI: requer igualmente que a sua fé seja capaz de reconhecer todas as sementes de verdade onde quer que se encontrem. Mas, precisamente por esta razão, requer da Igreja uma fé muito amadurecida, fé muito consciente da sua própria verdade, e ao mesmo tempo muito profundamente animada pelo amor.

Tudo isto é importante por causa da nossa missão de pastores da Igreja e de pregadores do Evangelho. É preciso ter em conta que estas formas modernas da tentação do homem, que o tomam como absoluto, atingem também a comunidade da Igreja, se tornam também formas da sua tentação, e procuram assim afastá-la da auto-realização a que ela foi chamada pelo Espírito

de Verdade precisamente pelo Concílio do nosso século.

Por um lado, encontramos-nos em frente da ameaça da ateização "sistemática", e em certo sentido "forçada" em nome do progresso do homem; mas, por outro lado, há aqui outra ameaça, interior à Igreja: consiste em querer, de múltiplas maneiras, "conformar-se com o mundo" no seu aspecto actual "evoluído".

É sabido quanto este desejo se distingue radicalmente daquilo que ensinou Cristo; basta recordar a comparação evangélica do fermento e a do sal da terra, para acautelar os Apóstolos contra a semelhança com o Mundo.

Não faltam porém pioneiros nem "profetas" desta orientação do "progresso" na Igreja.

5. Indica isto a amplidão da tarefa dos pastores em matéria de "discernimento", entre o que forma a verdadeira "renovação" e o que, sob as aparências, esconde as tendências da "secularização" contemporânea e da "laicização", ou ainda a tendência para o "compromisso" com um sistema de que não se conhecem talvez todas as premissas.

Indica isto também quanto é grande a tarefa dos pastores para "conservar o depósito", para manter a fidelidade ao mistério de Cristo inscrito no conjunto da história do homem e também para manter a fidelidade a este maravilhoso "sentido sobrenatural da fé" do povo de Deus na totalidade, que em geral não é objecto de publicidade nos "*mass media*", mas se exprime na profundidade dos corações e das consciências com a língua autêntica do Espírito. O nosso ministério doutrinal e pastoral deve manter-se principalmente ao serviço deste "*sensus fidelium*", como o recordou a Constituição *Lumen gentium* (n. 12).

Numa época em que tanto se fala do "carisma profético" — não utilizando sempre este conceito em conformidade com o sentido exacto —, é-nos profundamente necessário renovar e reconstruir a consciência do carisma profético ligado ao ministério episcopal dos mestres da fé e dos "guias do rebanho", que na vida encarnam, segundo uma analogia adequada, as palavras de Cristo sobre o "Bom Pastor".

O Bom Pastor toma cuidado do pastio, da alimentação, das ovelhas. Nesta altura, penso especialmente nas publicações teológicas, espalhadas muito depressa, ao longe e em muitos meios, cujo essencial é vulgarizado nas revistas: são elas que — segundo as suas qualidades, profundidade e sentido da Igreja — educam e aprofundam a fé, ou pelo contrário a abalam ou a dissolvem, pela parcialidade ou métodos que usam. As publicações francesas tiveram muitas vezes, e têm ainda, alcance internacional, mesmo junto das Igrejas jovens. O carisma profético cria em vós o dever de vigiar de maneira especial pela fidelidade doutrinal e pela qualidade eclesial das mesmas.

6. A questão fundamental que devemos pôr-nos, nós Bispos, sobre quem pesa uma responsabilidade especial no que diz respeito à verdade do Evangelho e à missão da Igreja, é a da credibilidade desta missão e do nosso serviço. Neste campo, somos nós por vezes interrogados e julgados severamente; um dentre vós não escreveu: "A nossa época terá sido dura a respeito dos Bispos"? E, por outro lado, estamos prontos a julgarmo-nos a nós mesmos com severidade, e a julgar severamente a situação religiosa do país e os resultados da nossa pastoral. A Igreja na França não escapou a tais juízos: basta recordar o célebre livro do Abbé Godin, *France, pays de mission?*, ou ainda a afirmação bem conhecida: "A Igreja perdeu a classe operária".

Estes juízos exigem todavia que se observe uma moderação perspicaz. É preciso também pensar a longo prazo, porque é essencial para a nossa missão. Mas não se pode negar que a Igreja na França tenha empreendido, e empreenda, grandes esforços tendentes a "atingir os que estão longe", sobretudo nos meios operários e rurais descristianizados.

Estes juízos exigem todavia que se observe uma moderação perspicaz. É preciso também pensar a longo prazo, porque é essencial para a nossa missão. Mas não se pode negar que a Igreja na França tenha empreendido, e empreenda, grandes esforços tendentes a "atingir os que estão longe", sobretudo nos meios operários e rurais descristianizados.

Estes esforços devem conservar plenamente um carácter evangélico, apostólico e pastoral. Não é possível sucumbir aos "desafios da política". E também não podemos aceitar numerosas resoluções que pretendem ser apenas "justas". Não podemos deixar-nos encerrar em visões de conjunto que são na realidade unilaterais. É verdade que os mecanismos sociais, e também a sua característica política e económica, parecem confirmar estas visões de conjunto e certos factos dolorosos: "país de missão", "perda da classe operária". Parece todavia que devemos estar prontos não só para "a autocritica", mas também para "a crítica" dos mecanismos em si mesmos. A Igreja deve estar pronta a defender os direitos dos homens ao trabalho, em cada sistema económico e político.

Sobretudo não se pode esquecer a grandíssima contribuição da Igreja e do catolicismo francês no campo missionário da Igreja por exemplo, ou no campo da cultura cristã. Não se pode aceitar que estes capítulos estejam encerrados! Bem mais, não se pode aceitar que, nestes campos, a Igreja na França mude a qualidade da sua contribuição e a orientação que ela tinha tomado e merece uma credibilidade total.

Seria necessário evidentemente considerar aqui uma série completa de tarefas elementares no interior da Igreja, também na França, por exemplo a catequese, a pastoral da família, a obra das vocações, os seminários, a educação católica e a teologia. Tudo isto numa grande síntese desta "credibilidade" que é tão necessária para a Igreja na França, como aliás em toda a parte, e para o bem comum da Igreja universal.

7. A vossa responsabilidade estende-se com efeito — como nos outros Episcopados, mas de maneira diversa — além da "vossa" Igreja, além da França. Isto devei-lo aceitar e não podeis fugir-lhe. Nisto ainda, é preciso uma visão verdadeiramente universal da Igreja e do mundo, bem exacta, diria: "sem erro algum". Não podeis actuar só em função das circunstâncias que se apresentaram outrora diante de vós e se vos oferecem ainda. Deveis ter um "plano de solidariedade", preciso e exacto, a respeito dos que têm direito particular para contar com a vossa solidariedade e para a esperar de vós. Deveis ter os olhos bem abertos para o Ocidente e para o Oriente, para o Norte e para o Sul. Deveis dar testemunho da vossa solidariedade aos que sofrem com a fome e com a injustiça, por causa da herança do colonialismo ou da repartição defeituosa dos bens materiais. Mas deveis também ser sensíveis a todos os detrimentos que são inflingidos ao espírito humano: à consciência, as convicções religiosas, etc. Não esqueçais que o futuro do Evangelho e da Igreja se está talvez a elaborar de maneira particular onde os homens padecem às vezes, pela sua fé e pelas consequências da fé, sacrifícios dignos dos primeiros cristãos. Não podeis quanto a isto guardar silêncio diante da vossa sociedade e da vossa Igreja. É preciso neste campo especial solidariedade do testemunho e da oração comum.

Encontra-se nisto um caminho seguro para reforçar a credibilidade da Igreja no vosso país, e não deve ser abandonado. Estais inseridos, com efeito, num sistema de vasos comunicantes, embora neste sistema vós sejais sem dúvida um elemento especialmente venerável, especialmente importante e influente. Daqui nascem muitos deveres. O caminho para o futuro da Igreja na França — o caminho para esta grande conversão talvez, de que Bispos, padres e fiéis sentem a necessidade — passa pela aceitação destes deveres.

Mas diante das negações, que são o caso de muitos, diante dos desesperos que, em consequência das numerosas vicissitudes históricas, parecem formar o rosto espiritual da sociedade contemporânea, não continuais sempre a dispor da mesma forte ossatura do Evangelho e da santidade, que forma um património particular da Igreja na França?

O Cristianismo não pertence de maneira imanente ao "génio da vossa nação"?

A França não continua a ser sempre "a filha primogénita da Igreja"?